**PROCESSO**: **n º** 2000-008272/2018

**INTERESSADO:** SESAU – DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

**ASSUNTO:** DIVERSOS ASSUNTOS.

**DETALHES:** ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO EMPRESA CIANO PARA PAGAMENTO.

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-008272/2018, em 01 (um) volume, com 34 (trinta e quatro) fls., que versa sobre o pagamento pelos serviços de coleta de lixo, realizados no período de março/2018, em atendimento à ASTAF/SESAU. A solicitação de pagamento a empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS** **LTDA** (CNPJ nº 15.581.636/0001-41) está orçada em **R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento ao despacho emitido pelo Secretário de Estado da Saúde Interino, Paulo Luiz Teixeira Cavalcante (fl.33), e à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fl. 34), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 – DA SOLICITAÇÃO INICIAL –** Às fls. 02/03, verifica-se quefoi acostado Memorando nº 280/2018 – Farmacêutica/ASTAF/SESAU, datado de 20/04/2018, de lavra da servidora Sybelle Solange Lima de Oliveira, informando o período da prestação dos serviços.

**2 – DOCUMENTO FISCAL** – À fl. 04, consta Nota Fiscal de Serviço nº 23093, da empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS** **LTDA**, datada de 06/04/2018, atesto sem identificação.

**3 – DO BOLETIM** – Às fls. 05/16, observa-se que foi anexado o Resumo de Boletim por Cliente, especificando que a empresa em tela atendeu ao ASTAF/SESAU no mês de março/2018.

**4 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Às fls. 18/20**,** constata-se em análise aos documentos que foram apensados as Certidões de Regularidade da Empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS** **LTDA,** vencidas.

**5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** Às fls. 32,verifica-se que existe dotação orçamentária referente ao exercício de 2018.

**6 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 22, verifica-se a inexistência de contrato entre a ASTAF/SESAU e empresa, de acordo com informação da Assessoria Técnica do Setor de Contratos, o contrato firmando foi apenas para o HGE.

**7 – COTAÇÃO DE PREÇO –** Em análise dos autos, constata-se a inexistência de pesquisa de mercado quando da prestação dos serviços. Em tempo, verifica-se a realização de pesquisa extemporânea (fls. 28/30), a título de justificativa do preço contratado, através do portal (www.cotacaozenite.com.br).

Neste sentido, vale destacar a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, através do Acórdão n° 1.038/2011 – Plenário: ***“... realize prévia pesquisa de preços no mercado local e, em caso de necessidade de contratações diversas de mesma natureza, atente para a necessidade de revezamento de fornecedores e/ou a juntada de cotações de diferentes fornecedores nos respectivos processos, além de evitar o fracionamento de despesas, observando-se os limites do art. 24 da supracitada Lei.” (G.N)***

**8 - DO CUMPRIMENTO DA SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 042/18 DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária a observância das recomendações contidas na Súmula Administrativa nº 042/18 exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:

a) Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

b) Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93;

c) Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração;

d) Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

e) Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso;

f) Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

g) Inocorrência de prescrição do crédito;

h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL;

i) Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original).

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstância a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

**I**. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que a SESAU demonstre o cumprimento das recomendações contidas na referida Súmula, nas alíneas ***“a”, “b”, “e”, “f” e “i”.***

**II. DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que as certidões referentes à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, válidas, sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja atualizada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV.DA NOTA DE EMPENHO** -Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e Liquidação, em favor da empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA (CNPJ nº 15.581.636/0001-41)** no valor de **R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).**

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I, II, III e IV. Em ato contínuo, que a Secretaria liquide e realize o pagamento da dívida com a empresa **CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS** **LTDA (CNPJ nº 15.581.636/0001-41).**

Maceió-AL, 10 de julho de 2018.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

Revisor:

Hertz Rodrigues Lima

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 29871/9**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**